

O livro de Josué no cânon e na pesquisa bíblica: a finalidade do livro e sua interpretação

*The book of Joshua in the canon and in the biblical research:
the purpose of the book and its interpretation*

Mariosan de Sousa Marques

Resumo

O livro de Josué, embora apresente uma narrativa aparentemente simples da conquista (capítulos 1-12*) e repartição da terra entre as tribos (capítulos 13-24), continua sendo uma incógnita no cenário da pesquisa bíblica. Não há acordo acadêmico sobre o autor do livro, sua datação, tampouco sobre a finalidade do livro e sua interpretação. No amplo leque de divergências de opiniões, o escopo da presente reflexão é despertar para a necessidade de reler a obra em sua inteireza a partir de uma ótica crítica a fim de captar sua mensagem principal. Após a introdução, a reflexão é desenvolvida em três tópicos: 1) O livro de Josué no cânon hebraico e cristão; 2) O livro de Josué no cenário da crítica bíblica hoje; 3) A finalidade do livro e sua interpretação. Quanto ao método, a abordagem da revisão bibliográfica foi empregada, visando situar o leitor no cenário atual da pesquisa e desafiar a mente para nossas pesquisas. O livro é a conclusão do hexateuco ou o início dos profetas anteriores na tradição judaica? É a primeira construção da literatura deuteronomista sobre o alicerce do Deuterônomo ou uma obra independente?

Palavras-chave: Livro de Josué. Cânon bíblico. Literatura Deuteronomista.

Abstract

The book of Joshua, whilst presenting a seemingly simple narrative of the conquest (chapters 1-12*) and division of land among the tribes (chapters 13-24), remains an elusive question in the landscape of biblical research. There is neither academic agreement on the author of the book, its date, nor on the purpose of the book and its interpretation. In the wide range of differences of opinion, the scope of this reflection is to awaken to the need to reread the work in its entirety from a critical perspective in order to capture its main message. After the introduction, the reflection was developed in three topics: 1) The book of Joshua in the Hebrew and Christian canon; 2) The book of Joshua in the scene of biblical criticism today; 3) The purpose of the book and its interpretation. As for the method, the bibliographic review approach was used, aiming to place the reader in the current research scenario and challenge the mind for new research. Is the book the conclusion of the Hexateuch or the beginning of earlier prophets in Jewish tradition? Is it the first construction of the Deuteronomist literature on the foundation of Deuteronomy or an independent work?

Keywords: Book of Joshua. Biblical Canon. Deuteronomist Literature.

Introdução

Tomar a peito a leitura do livro de Josué, provoca diversas reações no leitor. Inicialmente um senso de gravosa situação. Moisés morreu e foi sepultado. Israel está acampado no deserto, com o desafio de tomar posse da terra prometida (povoada por inimigos poderosos). A responsabilidade que recai sobre o sucessor de Moisés é grande. Josué, filho de Nun, ministro de Moisés, para dar conta da “vocação”, terá que desempenhar várias funções. De um lado, terá que conquistar a terra, liderando o exército de Israel, sendo um chefe militar. De outro, terá que meditar a lei que ordenou Moisés, meditando-a dia e noite, sendo uma espécie de rabino. E se ele é o autor do livro que leva seu nome, ainda terá que ser escritor dos feitos da conquista. A segunda reação que o leitor terá, será aquela de se sentir interpelado a acreditar somente com a

assistência de Deus, o herói conseguirá desempenhar tantas funções. E de fato, ele assim o faz. Conquista a terra e a distribui, sob sorteio, às tribos de Israel, sendo fiel a Deus e mantendo a unidade das tribos.

Essa sensação de êxito de uma primeira leitura do livro começa a ser abalada quando o leitor crítico começa a fazer perguntas ao texto. Qual o seu lugar no cânon das sagradas escrituras (hebraica e cristã) e qual a sua função? Josué é, de fato, o seu autor? Se não foi, quem e quando foi escrito e com qual finalidade? O livro é a conclusão do grande bloco literário do hexateuco, que vem de Gênesis até Josué ou o começo de um novo bloco após o Pentateuco, sendo o primeiro livro profético (tradição judaica) ou o primeiro livro da Literatura Deuteronomista (Martin Noth) que inclui o bloco Dt-Rs?

A pesquisa bíblica tem avançado bastante em todos os campos. E o livro de Josué ainda continua pondo questões sobre as quais não há consenso bíblico. Todavia, é necessário revisitar as diversas propostas sugeridas para calibrar o discurso e a pesquisa em âmbito acadêmico. O certo é que, seja qual for o interesse do autor, o personagem Josué como figura literária bíblica continua desafiando pesquisadores e crentes, seja como crente fiel multifuncional, seja como figura paradoxal ao aplicar o extermínio, fazendo limpeza étnica no país.

Para situar o leitor no espaço da pesquisa e desafiá-lo para repensar o lugar e importância do livro de Josué, abordaremos primeiro a colocação do livro no cânon (hebraico e cristão), recolocando-o no cenário da pesquisa bíblica crítica para, por fim, nos perguntar sobre a(s) finalidade(s) do livro e suas interpretações.

1. O livro de Josué no cânon hebraico e cristão

A abordagem canônica¹ de um livro requer o esforço de colocá-lo não somente no contexto histórico em que foi escrito, mas também no contexto narrativo do cânon. O espaço ocupado na ordem dos livros sagrados tem um papel importante na interpretação de um livro. O que vem antes e o que vem depois de um livro no cânon pode ser determinante para a correta compreensão do mesmo.

No Texto Massorético (TM), o livro de Josué recebe a designação de “livro profético”, sendo o primeiro dos “profetas anteriores”, os quais abrange os livros de Josué, Juízes, 1-2 Samuel, 1-2 Reis. O bloco dos profetas se

¹ CHILDS, B., *Old Testament Theology in a Canonical Context*, p. 6.

completa com os “Profetas Posteriores” que incluem os livros de Isaías, Jeremias, Ezequiel, Oseias, Joel, Amós, Abdias, Jonas, Miqueias, Naum, Habacuc, Sofonias, Ageu, Zacarias, Malaquias. Os doze últimos formam um bloco, o livro dos Doze Profetas. Por volta de 190 a.C., como se pode ver em Eclo 49,10, já se fala dos *Dôdekaprôphêton* (LXX). A designação “Profetas menores” (*Prophetæ minores*) aparece pela primeira vez em Agostinho (*De Civitate Dei*, XVIII, 29). Essa subdivisão do corpo dos profetas (*n^ebî’îm*) em “profetas anteriores” (*n^ebî’îm ri’shonîm*) e “profetas posteriores” (*n^ebî’îm ’ah^aronîm*) provém da Idade Média.²

Os “Profetas Anteriores” do TM equivalem aos “Livros Históricos” (com exceção de Rute) do cânon cristão. Desde Martin Noth, a crítica bíblica costuma designá-los por “História Deuteronomista” ou “Historiografia deuteronomista” (HD).

Por que a designação de “Profetas Anteriores”? “Anteriores”, pelo simples facto de, em termos de disposição canônica, estarem antes dos “Posteriores”. “Profetas”, por três razões fundamentais. Em primeiro lugar, porque a tradição rabínica atribui a sua autoria a Profetas: o livro de Josué é atribuído a Josué, dito “sucessor de Moisés no ofício profético” (Eclo 46,1); os livros de Juízes e 1-2 Samuel são atribuídos a Samuel; e os livros de 1-2 Reis são atribuídos a Jeremias (Tratado *Baba Bathra* (= “Última Porta”), §14b-15a, do Talmud da Babilônia;³ Flávio Josefo, *Contra Apião*, 1,8). Em segundo lugar, porque o conteúdo destes livros concorda com a mensagem dos profetas. A mensagem dos profetas abre a história ao castigo e à salvação e tornou-se objeto de meditação durante e após o exílio, pois as suas declarações foram confirmadas pelos fatos. Foi, portanto, a Palavra que fez a história; a história seguiu a Palavra. A “historiografia deuteronomista”, que descreve a história desde a entrada em Canaã (± 1225) até ao exílio (587) oferece um ensinamento concorde com o dos profetas: sete séculos da história de Israel e de Judá julgados pela Palavra de Deus: se escutardes a Palavra (...), sereis felizes nesta

² RENDTORFF, R., Introduction à l’Ancien Testament, p. 279.

³ “Quem os escreveu (os livros da Bíblia)? Moisés escreveu o seu livro, o “livro de Balaão” (Nm 22-24: Moisés nunca é mencionado) e o livro de Jó; Josué escreveu o seu livro e oito versículos do Pentateuco (Dt 34,5-12: porque estes oito últimos versículos do Pentateuco descrevem a morte de Moisés são naturalmente atribuídos ao seu sucessor). Samuel escreveu o livro que tem o seu nome e o livro dos Juízes e também Rute. (...) Jeremias escreveu o livro que tem o seu nome, o livro dos Reis e as Lamentações...”. Tratado *Baba Bathra* (= “Última Porta”), §14b-15a, do Talmud da Babilônia.

terra; **se não** escutardes a Palavra (...), sereis postos fora desta terra. A historiografia deuteronomista mostra a concretização da segunda alternativa. Em terceiro lugar, porque, em não poucas das suas páginas, aparecem muitas vezes os profetas atuando no meio do povo de Deus (exemplos de alguns profetas: Aías de Silo, Samuel, Natã, Gad, Elias, Eliseu...).

Os “Livros Históricos” (cânon cristão) compreende os livros de Josué, Juízes, Rute (Rute aparece entre os “escritos” no TM), 1-2 Samuel, 1-2 Reis. 1-2 Samuel e 1-2 Reis são designados na versão dos LXX por 1-4 Reinos (*Basileiôn A’, B’, C’, D’*), e, na Vulgata, por 1-4 Reis (1-4 *Regum*). Na Vulgata, em vez de “Reinos” (*Regnorum*), prevaleceu *Regum*, pois, como explica S. Jerônimo no seu “Prólogo aos Livros dos Reis”, é muito melhor dizer *malakîm*, isto é, “Reis (= *Regum*)” do que *malakôt*, isto é, “Reinos (= *Regnorum*)”, uma vez que estes Livros não descrevem os reinos de numerosas nações, mas unicamente o do povo de Israel.⁴ Na lista oficial dos livros canônicos, o Concílio de Trento emprega a expressão *quatuor libri Regum*. Os manuscritos judaicos e as edições impressas adotaram a divisão em dois livros de Samuel e Reis só a partir de 1448. Antes, Samuel e Reis constituíam uma única obra cada.⁵

Qual a articulação entre a Torá e os Profetas? A opinião judaica tradicional ficou expressa com uma clareza e exemplar brevidade logo ao abrir o Tratado *Pirkê Abot* (= “Capítulos dos Pais”), I,1: “Moisés recebeu a Torá no Sinai e transmitiu-a a Josué, e Josué aos Anciãos, e os Anciãos aos Profetas, e os Profetas transmitiram-na aos homens da Grande Assembleia”.⁶

Segundo este texto, a função primordial do profeta era a de fazer a ponte entre a revelação original e a autoridade dos rabinos. Como todos os sábios que vieram depois deles, os profetas eram, antes de mais, os guardiães e os transmissores da Torá, o que significava que a Profecia estava claramente subordinada à Lei. O mesmo se passava na sinagoga, onde a leitura da Torá em *parashôt* (= perícopes) ao longo dos sábados do ano reunia todas as atenções, relegando a leitura da Profecia em *haphtarot* (= perícopes conclusivas da leitura da Escritura) para plano muito secundário.⁷

⁴ PL, XXVIII, 553 (GRILLET, B.; LESTIENNE, M., Premier Livre des Règnes, p. 23).

⁵ EISSFELDT, O., Introduzione all’Antico Testamento, p. 199-200.

⁶ DEL VALLE, C., La Misná, p. 837.

⁷ ZIMMERLI, W., La Ley y los Profetas, p. 24.

No mesmo sentido aponta a estrutura dos Livros Proféticos no cânon hebraico. Assim, Josué, que abre os Livros Proféticos, deve agir de acordo com a Torá, não se afastando dela nem para a esquerda nem para a direita (Js 1,7-8). E a mesma insistência em ter sempre a peito a Torá se pode ver no final do último Livro profético, que é o Livro de Malaquias (3,22-24): “Lembrai-vos da Torá de Moisés, meu servo” (Ml 3,22). Com este procedimento de inclusão literária, fica claro que a tarefa dos *Nebi'im* é transformar Israel numa comunidade de discípulos da Torá.⁸

2. O livro de Josué no cenário da crítica bíblica hoje

A história da crítica bíblica com relação à formação do livro de Josué é bastante extensa, não sendo possível nem é o escopo deste artigo resumi-la. Interessa-nos aqui a história mais recente e o *status quaestionis* atual, para perceber os rumos da pesquisa atual.

Em finais do séc. XIX, a partir da sua *História de Israel* (1878),⁹ depois integrada e continuada nos *Prolegômenos sobre a história de Israel* (1883), Julius Wellhausen apareceu para defender que os Profetas eram anteriores aos códigos de leis e que, por isso, não podiam desempenhar a função de transmissores da Lei de que a tradição os incumbia. Pelo contrário, segundo Wellhausen, tinha sido mesmo a religião moral e espiritual dos Profetas que estava na origem dos códigos de leis.¹⁰ Nesta perspectiva, os livros históricos não são posteriores à Torá, mas a antecede e a possibilita. Vale lembrar que as várias figuras proféticas na literatura histórica não mencionam a Torá. Depois da renovação da aliança e celebração da Páscoa feita por Josué, por exemplo,

⁸ SKA, J. L., *Introduzione alla lettura del Pentateuco*, p. 21-22; ZENGER, E., *Il Primo Testamento*, p. 194-195.

⁹ Provavelmente foi William M. Lebrecht de Wette, no início do séc. XIX quem primeiro propôs uma inter-relação entre no bloco Josué-Reis e o Deuterônomo com o conceito de textos “deuteronomistas” ou editores. Depois de ter identificado o livro descoberto em 2Rs 22 com o livro do Deuterônomo (ou ao menos sua primeira edição), consolidou-se a ideia do “deuteronomismo” iniciado no tempo do rei Josias. Heinrich Ewald, Julius Wellhausen e outros que identificaram os textos deuteronomistas no Profetas Anteriores, desenvolveram mais esta ideia.

¹⁰ ZIMMERLI, W., *La Ley y los Profetas*, p. 45-62; BLENKINSOPP, J., *Une histoire de la prophétie en Israël*, p. 22-23; COUTO, A., *Teologia da aliança como teologia do Antigo Testamento*, p. 5.

nenhum outro profeta se recorda de fazê-lo, nem mesmo o grande Samuel ou o profeta Elias. Dentre os reis, somente um (Josias) se recordará de celebrar a Páscoa. Ora, as leis em Ex 11-12 são específicas, determinando a celebração da Páscoa todos os anos. Wellhausen defendeu uma primeira redação deuteronomista no tempo do rei Josias de Judá (séc. VII), que foi seguida por adições e revisões no tempo do exílio babilônico.

Mas foi com a contribuição de Martin Noth que a pesquisa sobre o livro de Josué ganhou novo cenário. Em sua tese de 1943, *Überlieferungsgeschichtliche Studien*,¹¹ ele formula a tese da Historiografia Deuteronomista, uma arquitetura literária unitária, tendo por alicerce o Deuteronomio, de autoria única (com alguns acréscimos redacionais), composto no final do exílio babilônico (por volta de 560 a.C., em Mizpa), cujo propósito foi de dar conta da tragédia do exílio e ao mesmo tempo justificar Deus (uma espécie de teodiceia) da catástrofe. “A obra do deuteronomista nos diz que, na verdade, conhecemos a história do povo israelita na Palestina”.¹² O que aconteceu (perda da terra, fim da monarquia, destruição do templo de Jerusalém), não foi por fraqueza de Deus incapaz de defender seu povo frente aos ataques de Nabucodonosor II¹³ e sua divindade (Marduk), mas foi consequência da infidelidade do povo à aliança, como o próprio Deus já havia alertado. O deuteronomista não escreveu a sua obra para aliviar o tédio ou satisfazer o interesse pela história nacional, mas sim para doutrinar sobre o sentido genuíno da história de Israel. E para ele, Deus agiu palpavelmente nesta história, respondendo com exortações e punições às deficiências constante e crescentes; e, finalmente, quando estes se revelaram inúteis, com a destruição total.¹⁴

A hipótese de Noth sofreu muitas críticas e modificações, sobretudo quanto à autoria e data. Neste aspecto, há quem ainda no século XX afirma a antiguidade da escritura do livro, no tempo de Josué ou pouco depois, como é o

¹¹ Essa obra de M. Noth, *Überlieferungsgeschichtliche Studien. Die sammelnden und bearbeitenden Geschichtswerken im Alten Testament* (1943) (Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1967, 3rd edition), foi traduzida para o Inglês sob o título, Martin Noth. *The Deuteronomistic History*. (JSOTSup 15). 2nd edition. Sheffield: Sheffield Academic Press, 1991.

¹² NOTH, M., *Deuteronomistic History*, p. 121.

¹³ MARQUES, M. S., *A Tomada de Jerusalém por Nabucodonosor II*, p. 1-10.

¹⁴ NOTH, M., *Deuteronomistic History*, p. 100.

caso de Marten Hendrik Woudstra.¹⁵ No extremo oposto, há quem postula uma datação muito tardia, na época dos Macabeus, como é o caso de Daniel Strange.¹⁶

Embora a Historiografia Deuteronomista (HD) ainda se imponha no cenário acadêmico em geral, com as suas modificações seguindo as duas principais correntes, a anglo-saxônica remontando à Frank Moore Cross¹⁷ (postulando duas edições à HD, uma na época de Josias¹⁸ e outra durante o exílio babilônico;¹⁹ Josué pertenceria à primeira edição) e a corrente germânica com Rudolf Smend²⁰ (com três edições, todas durante o exílio - incluindo Josué - isto é um redator Histórico,²¹ uma redação Sacerdotal²² e outra Nomista²³), o campo da pesquisa hoje começa a abandonar completamente essas hipóteses. As razões principais são que os textos deuteronomista nos diferentes livros que compõem os Profetas Anteriores são extremamente diferentes, ficando difícil atribuí-los a um ou dois editores deuteronomistas. Os textos deuteronomistas no livro dos Juízes, por exemplo, sugerem uma concepção cíclica da história, enquanto o bloco Sm-Rs apresentam uma concepção linear. Além disso, a ideia da centralização do culto tem forte impacto no Deuteronomio e nos livros dos Reis, mas praticamente não aparece nos livros de Josué e Samuel.

No capítulo dedicado ao livro de Josué, na “Introdução ao Antigo Testamento”,²⁴ Thomas Römer postula a formação do livro em quatro fases. A primeira, no séc. VII a.C., sob Josias teve lugar a edição de um rolo de Josué, contendo diversos relatos de conquista (capítulos 1-12*) e alguns documentos

¹⁵ WOULDSTRA, M., *The Book of Joshua*, p. 23. Vale lembrar que muitos autores “tradicionais” ou de “linha evangélica” estadunidense seguem a posição de Woudstra.

¹⁶ STRANGE, D., *Their Rock Is Not Like Our Rock*, p. 187.

¹⁷ CROSS, F. M., *The Themes of the Book of Kings and the Structure of the Deuteronomistic History*, p. 79

¹⁸ Essa primeira edição terminaria em 2Rs 23,25 contendo uma visão bastante esperançosa a partir da “reforma de Josias”, o monarca cumpridor da Lei.

¹⁹ Trata-se de 2Rs 24-25, contendo uma visão bastante pessimista, relatando a catástrofe do exílio babilônico.

²⁰ SMEND, R., *The Law and the Nations*, p. 95.

²¹ Esse editor deuteronomista Histórico (DtrH) está preocupado em narrar os fatos, isto é, contar a história (“Geschichte”) de Israel, para fazer dela uma lição de vida.

²² O editor sacerdotal é o responsável pela “memória” dos lugares de culto e sacrifícios na Historiografia Deuteronomista.

²³ O editor nomista é o responsável pelas camadas legislativas na Historiografia Deuteronomista.

²⁴ RÖMER, T., MACCHI, J.-D.; NIHAN, Ch. (Éd.), *Introduction à l’Ancien Testament*, p. 332.

administrativos (capítulos 13ss*). Essa primeira edição terminaria, talvez, em 21,43-45. A segunda edição aconteceu nos sécs. VI-V a.C., responsável por diversos acréscimos deuteronomistas. Por essa ocasião, o livro de Josué foi inserido na HD, tendo o seu final no capítulo 23. A terceira edição se deu nos sécs. V-IV a.C., com diversas inserções pós deuteronomistas, ligadas em grande parte ao ambiente sacerdotal. Revisão das listas, acréscimos dos capítulos 3-5*, 20-22 e talvez o capítulo 2. O final ganha o capítulo 24. A quarta e última edição teve lugar nos sécs. III-II, com diversos acréscimos, alguns ao estilo deuteronomista.²⁵ Como se pode ser, a visão de Thomas Römer sobre a formação do livro é de um processo bastante longo, com diversas intervenções e diversos autores.

A opinião de Ernst Axel Knauf, em seu comentário ao livro de Josué,²⁶ é do parecer que, ao início não se tem um livro, mas o capítulo final de um grande relato Moisés-Josué, que no final se tornará o hexateuco. Em 398 a.C., teria havido a publicação da Torá, ocasião em que Josué se torna um livro independente, separando-se do hexateuco e se tornando o primeiro dos livros proféticos anteriores da tradição judaica nos quais a Torá é interpretada e modificada. O livro teria recebido seu acabamento final logo em seguida. No séc. III a.C., o livro dos Juízes foi introduzido entre Josué e Sm-Rs. Foi então necessário acrescentar Js 19,40-48 (a herança de Dã) e o capítulo 23. No séc. II a.C., por conta da canonização da Torá e dos Profetas, foram feitas pequenas mudanças. Como se pode ver, Knauf não é signatário da literatura

²⁵ Römer defende que o processo de edição deuteronomista da antiga lei deuterônômica foi bastante pervasiva. Isso levanta duas questões. Primeiro, qual foi a função e propósito de uma edição exílica do Deuteronômio? Segundo, qual a relação entre visão das origens nacionais de Israel na antiga forma do Deuteronômio e a nova visão desenhada pela edição deuteronomista do Deuteronômio? Em resposta à primeira questão, Römer acredita que a edição deuteronomista do Deuteronômio foi feita para fornecer à comunidade um novo sentido de identidade coerente, apresentando um período ideal e formativo no passado. Quanto à segunda questão, Römer responde examinando as alusões aos “Pais” no Deuteronômio. Ele argumenta que nas antigas seções do Deuteronômio, as citações dos “pais” referem à geração do Êxodo. A história nacional de Israel começou com as ações de Deus em favor desses “pais”. Somente nos estágios finais da edição do Deuteronômio, quando a obra deixa de ser uma simples introdução à História Deuteronomista para a conclusão do Pentateuco é que se pode encontrar referências aos “pais” como alusão aos ancestrais de Israel, principalmente Abraão, Isaac e Jacó. (RÖMER, T., *Israels Vaeter*, p. 7).

²⁶ KNAUF, E. A., *Josua*, p. 9.

deuteronomista.²⁷ Inicialmente fazia parte do “hexateuco”, depois tornou-se um livro independente, para em seguida ser inserido no bloco dos Profetas no final da época grega.

Em seu comentário aos primeiros doze capítulos do livro de Josué,²⁸ Thomas B. Dozeman volta a afirmar que o livro de Josué é uma obra independente, escrita durante o período exílico e pós-exílico, de um ponto de vista do Norte. Os israelitas nortistas recebem bastante destaque no livro. Basta recordar a construção do altar no Monte Ebal (Js 8) e no final tem-se a assembleia de Siquem (Js 24). Ademais, não há guerra de conquista do centro do país (exceção para a expedição contra Hai em Js 8 que é muito teológica). Conquista-se o sul e o extremo norte. Além disso, para Dozeman falta conexão evidente entre o livro de Josué e o Deuteronômio. Ambos diferem no tema da promessa divina da terra: em Dt ela é condicionada; em Js é incondicionada. Ademais, os livros de Josué e Juizes também se diferenciam sobretudo no tema da conquista: total em Js e parcial em Jz. Portanto, os livros Dt, Js e Jz não podem ser do mesmo autor. E o livro de Josué é uma obra independente, escrita em duas partes. Na primeira parte a terra é esvaziada da presença dos cananeus (reis e cidades). E na segunda parte a terra é povoada com a sociedade mais primitiva do Israel tribal. Para Dozeman, as duas partes foram concebidas para funcionarem juntas, o que sublinha a unidade conceitual do livro. Para ele, o autor polemiza contra os reis e as cidades dos dominadores estrangeiros; a guerra santa deve eliminar a cultura urbana a favor de um vida mais primitiva e rural. O livro se opõe diretamente a Esdras e Neemias que, ao reconstruir Jerusalém, representa a assimilação ao domínio persa. O autor espera uma invasão que destruirá os centros urbanos. A Terra Prometida terá paz somente quando for esvaziada de cidades reais e os seus cidadãos forem substituídos por uma nova sociedade tribal.

Konrad Schmid propõe a inserção do livro do Deuteronômio em um bloco bastante mais extenso. Defendendo uma fonte D presente em Gn-Nm e continuando após o Deuteronômio em Js-Reis, ele sustenta “deuteronomismos” em Gn-Rs.²⁹

²⁷ KNAUF, E.A., “Does ‘Deuteronomistic Historiography’ (DtrH) Exist?”. p. 388-389.

²⁸ DOZEMAN, T. B., Joshua 1-12, p. 5.

²⁹ SCHMID, K., Deuteronomy within the “Deuteronomistic Histories” in Genesis-2 Kings, p. 13.

3. A finalidade do livro e sua interpretação

Neste cenário incerto da pesquisa quanto à datação e autoria do livro, pode-se perguntar pela finalidade (ou finalidades) do livro como elemento mais seguro. Claro, pois, está que a colocação (ou não) do livro num *corpus literarium* e num período específico³⁰ pode configurar contornos de finalidade. Na perspectiva de uma longa narrativa assumida pelas hipóteses de um hexateuco, o livro de Josué é a conclusão de uma epopeia que começa com a promessa da terra, desde os patriarcas até Josué. A promessa da terra finalmente se cumpre com a conquista militar liderada por Josué.³¹ No entanto, a posse da terra é um tema discutido no livro de Josué. De fato, numa visão geral, a impressão que o leitor tem é de uma conquista rápida de toda terra, liderada por Josué, chefe militar conquistador, aplicando o princípio do *herem*³² (Js 10,40; 11,23). As escolas exegéticas e arqueológicas tradicionais ainda defendem essa visão,³³ como é o caso da escola

³⁰ Desde a escola arqueológica de William Albright, uma forte hipótese é a datação no final do séc. XIII a.C. “O progresso da escavação e a interpretação filológica das inscrições tornam absolutamente certo, na visão deste autor, que a principal fase da Conquista deve ser datada na segunda metade do séc. XIII”. Tradução nossa de: “The progress of excavation and of philological interpretation of inscriptions has made it absolutely certain, in the writer's judgment, that the principal phase of the Conquest must be dated in the second half of the thirteenth century.” (ALBRIGHT, W.F., *The Biblical Period from Abraham to Ezra*, p. 27).

³¹ Além da promessa da terra, um dos elementos que atravessa todo o “Hexateuco” é a figura de José. Sua epopeia começa em Gn 37, e quando da sua morte, ele faz “seus irmãos” prometerem que, quando Deus visitar seu povo para tirá-los do Egito, que levem seus ossos (Gn 50,24-25). Ao sair do Egito, o próprio Moisés se encarrega de tomar os ossos de José (Ex 13,19). José, de fato, só encontrará descanso definitivo com a disposição de seus olhos na terra prometida, narrada no livro de Josué (Js 24,32).

³² O *herem*, isto é, o anátema ou “limpeza da terra”, na narrativa do Deuteronômio, foi uma ordem de Moisés dada a Josué. Estava proibido fazer aliança com o povo do lugar, antes, era preciso passar todos ao fio da espada, sacrificando todo ser vivo (Dt 7,2-54d6; 20,16-18). Josué aplicou o *herem* a Jerico (Js 6,21), a todas as cidades conquistadas ao sul, “passando todos ao fio da espada” (Js 10), bem como exterminou as populações do norte (Js 11). Todavia, há “desobediência de Josué” à ordem do *herem* em algumas ocasiões, como foi o caso da prostituta Raab (Js 6,25) e dos gabaonitas (Js 9,27), embora estes tenham, por meio de estratagema, enganado Josué.

³³ KELLER, W., *E a Bíblia tinha razão*, p. 175s. Ou ainda a escola arqueológica de William F. Albright que defende uma homogênea destruição dos vilarejos do lugar e rápida ocupação no final do séc. XIII a.C. (datação dessumida da primeira referência arqueológica de Israel na Estela de Merneptah). “A conquista representou um esforço conjunto de todo o Israel, e foi rápida,

de Albright no final do séc. XX.³⁴ Sua argumentação é de que evidência arqueológica mostra uma convulsão social na Palestina no final do Bronze tardio. Numerosas cidades, segundo o autor, várias delas mencionadas na Bíblia sendo tomadas por Israel, foram realmente destruídas nesse período. Escavações em Hasor (Js 11,10-11), Laquis (Js 10,31-33), Eglon (Js 10,34-35), Dabir (Js 10,38s)³⁵ por exemplo, mostram sinais de destruição, o que comprovaria a aplicação do *herem*, conforme narram os textos bíblicos. Portanto, uma primeira finalidade é mostrar como Deus é fiel à sua promessa de dar a terra. E visto que o “ministro de Moisés” (Js 1,1) cumpre as determinações da Lei, o livro pode ser visto como uma exortação ao cumprimento dos mandamentos divinos, apresentando Josué como o modelo perfeito do cumpridor da lei e conseqüentemente a felicidade da nação. Pois, enquanto viveu Josué, o povo foi fiel e tudo correu bem (Js 24,31).

Todavia, uma leitura atenta evidencia que este não foi caso. No final da primeira parte do livro, em Js 13,1 menciona-se que ainda restam terras a serem conquistadas e tribos locais a serem vencidas. Mesmo no discurso de despedida de Josué, ele recorda “essas nações que ainda restam” (Js 23,4), com as quais não deve misturar (Js 23,7) e que “serão para vós rede e laço, espinho, nas vossas ilhargas e cardo nos vossos olhos até que desapareçais desta boa terra que vos deu Iahweh vosso Deus” (Js 23,13). Ademais, nota-se que algumas cidades não foram conquistadas: Jerusalém (vencido o rei em Js 12,10 a cidade será conquistada em Jz 1,8). Hebron e Dabir parecem ter sido conquistadas só na época dos juizes (Jz 1,10-15). Para responder a esses desafios literários, Martin Noth sugere um segundo modelo de conquista, o modelo da miscigenação lenta. Os hebreus teriam, inicialmente, ocupado as montanhas onde não havia população (e onde restos arqueológicos de vasos, potes, cerâmica e utensílios utilizados pelos ocupantes são iguais aos dos habitantes das planícies e campos) ora fazendo aliança com os excluídos das cidades-estado, ora atacando e conquistando. Depois de um longo período, após a conquista, formaram um sistema de governo no modelo da anfictionia,³⁶ ou

sangrenta e completa”. Tradução nossa de: “the conquest represented a concerted effort by all Israel, and was sudden, bloody, and complete.” (BRIGHT, J., History of Israel, p. 153).

³⁴ ALBRIGHT, W. F., The Biblical Period from Abraham to Ezra, p. 24s.

³⁵ BRIGHT, J., History of Israel, p. 154-155.

³⁶ NOTH, M., História de Israel, p. 76-100.

seja, a liga das doze tribos. Neste sentido, o objetivo do livro é mostrar como é preciso discernir entre alianças e conflitos para conquistar o dom da terra, além de apontar as infidelidades de Israel “profetizadas” por Josué, as quais acarretariam a perda da terra prometida.

O problema da proposta de Noth é que sua ideia de modelo de governo, a anficionia, é um modelo grego, não havendo evidências nem literárias nem arqueológicas de tal suposição.

A proposta que mais fez sucesso na América Latina certamente é aquela de Norman K. Gottwald que apresentou um modelo de revolta popular como o catalizador da conquista. Os camponeses e hapirus (conforme evidenciam as cartas de Tel-el-Amarna³⁷) cada vez mais expropriados e oprimidos teriam se unido fazendo uma aliança, apropriando-se da experiência de fé de vários grupos que escaparam (fugiram ou foram expulsos) do Egito para combater as cidades-estado.³⁸

Se se segue a esteira da literatura deuteronomista, conforme vimos em Martin Noth, certamente que o escopo principal é aquele de dar conta da catástrofe do exílio babilônico. O bloco Js-Rs em seus polos espelha a posse da terra com Josué e a saída da terra em direção à Babilônia. Vale ressaltar que o exílio se tornou um trauma teológico para a nação, com o qual teve que lidar não somente os profetas, mas todas as esferas do poder e liderança em Israel.

Outros temas importantes entrariam na finalidade do livro, como a exortação contra a idolatria ou a proposição de um ideal de vida, como “chave hermenêutica”,³⁹ criar um sentimento de unidade entre as tribos da Cisjordânia e da Transjordânia ou dirimir possíveis conflitos entre as tribos a propósito das fronteiras e os vilarejos pertencentes a cada uma delas.

³⁷ As cartas de El-Amarna (sitio no Médio Egito, antigamente Akhetaten, residência real) são o que resta do arquivo das relações externas do faraó Amenophis IV (aprox. 1353-1336). Trata-se de cartas trocadas entre o faraó e os reis asiáticos independentes e de mensagens provenientes de vassalos da Síria e Palestina (LIVERANI, M., *Le lettere di el-Amarna*, p. 9).

³⁸ GOTTWALD, N., *The Tribes of Iahweh*, p. 191-220.

³⁹ BILLINGS, R. M., *Israel served the Lord*, p. 11.

Conclusão

O livro de Josué é uma obra literária que precisa ser lida em seu contexto narrativo. Fazendo ou não parte do hexateuco (Gn-Js), ou do eneateuco (Gn-Rs), ou da literatura deuteronomista (Dt-Rs) ou sendo obra independente, o livro está colocado aí, depois do Deuteronômio e antes do livro dos Juízes. Certamente que a linguagem do Deuteronômio presente no livro de Josué nos obriga a cogitar, ao menos, num editor com a teologia do Deuteronômio em mente. Devido aos fortes indícios de credibilidade de a Reforma de Josias no ano de 622 a.C. (2Rs 22-23) estar ligada ao livro do Deuteronômio, é credível pensar que o livro de Josué é posterior ao Deuteronômio.⁴⁰ Sendo assim, Josué não é o autor do livro. E a obra começou a ser escrita ou durante ou depois da escritura do Deuteronômio.

Se o livro depende dos teólogos deuteronomistas, ao menos em parte, o seu escopo é de dar suporte à reforma de Josias. Neste período, final do séc. VII, o poder da Assíria havia começado a enfraquecer, retirando seus tentáculos da Palestina para tentar fazer frente ao poder Neobabilônico que começava a ganhar força. Nesse contexto, o livro de Josué funciona como um programa de consolidação do poder político. O texto pode ser lido como uma tentativa de impor ordem sócio-política, sustentada pelo poder religioso, fazendo frente à desordem criada pelo colapso do Império Assírio. É nessa perspectiva que se pode perceber expressões e imagens que ecoam a retórica militar assíria. “As narrações de Josué 1-12 se inspiram muito amplamente em relatos de propaganda militar dos assírios e dos neobabilônicos”.⁴¹ A extensão da influência da literatura assíria tanto na linguagem quanto no estilo é marcante,

⁴⁰ Pensar nas origens do Deuteronômio no Reino do Norte, trazido ao Sul por ocasião da fuga dos levitas nortistas quando da invasão da Samaria pelo Império Assírio (722 a.C.) também é uma possibilidade interessante, visto que o rei Josias, ao consultar um profeta a respeito do livro encontrado, não consulta o então (possivelmente já famoso) profeta Jeremias, mas sim a profetiza Hulda, a qual habitava no quarteirão novo, ampliação dos muros de Jerusalém feita por Ezequias para acolher os refugiados nortistas. De toda forma, o livro foi desenvolvido, certamente, na corte de Josias.

⁴¹ Tradução nossa de: “les narrations de Jos 1-12 s’inspirent très largement de récits de propagande militaire des Assyriens et des Néo-Babyloniens” (RÖMER, T.; MACCHI, J.-D.; NIHAN, Ch. (Éd.), Introduction à l’Ancien Testament, p. 336).

como mostra Thomas Römer.⁴² Além disso, a retórica da intervenção divina nas guerras “santas” se configura como uma afirmação ideológica de poder, comum na literatura do Antigo Oriente Médio.

Tratando-se de um livro que se preocupa com a demarcação da identidade, o livro é uma narrativa eivada do discurso da violência como retórica para estabelecer a linha divisória entre “nós” (hebreus) e “eles” (cananeus, povos do lugar). Assim, embora os cananeus sejam o “alvo” da destruição na narrativa, o escopo do texto não é incitar à violência literal contra grupos étnicos não-hebreus. Trata-se de um livro dirigido aos hebreus, estabelecendo normas e regras de obediência a grupos internos que se recusam à sujeição e à hierarquia estabelecida. Mas é um livro também que procura convencer voluntariamente à lealdade e ao sentido coletivo. Apela ao senso de pertencimento, fortalecendo a identidade própria de Israel como povo dotado de um propósito.

Diversos pesquisadores têm evidenciado o caráter de realza de Josué, espelhando a figura de Josias.⁴³ O dever imposto por Deus a Josué de meditar a lei de Moisés dia e noite (Js 1,7-8), corresponde a um dos deveres impostos ao rei (Dt 17,18-19). A lei, nestes dois casos, é a lei escrita. O rei deve fazer escrever para si uma cópia da lei. Josué deve trazer na boca (as palavras) do livro da lei (Js 1,8). A fraseologia de Js 1,7 e Dt 17,20 é quase idêntica (“não se afastar nem para a direita nem para a esquerda). Além disso, a linguagem do encargo dado a Josué (Js 1,1-9) é similar à linguagem da instalação de um rei. A vinculação da “observância da lei” com o “êxito nos empreendimentos” aparece claro e idêntico para Josué (Js 1,1-9) quanto para a instalação do rei Salomão (1Rs 2,2-4). Josué assume o “cargo” imediatamente após a morte de

⁴² Por exemplo, o oráculo de salvação dirigido a Assaradon: “Não temas... Eu sou Ishtar de Arbela, que põe teus inimigos aos teus pés”, em paralelo com o oráculo dirigido a Josué: “Não temas, pois eu os entreguei a ti, nenhum deles resistirá diante de ti” (Js 10,8). Ou o relato da vitória de Sargão II, descrita na sua “carta a Deus”: “O resto do povo fugiu para salvar sua vida (...) Hadad deu um grande grito contra eles. Com a ajuda de uma chuva torrencial e das pedras do céu, ele aniquilou os que restaram”, em paralelo com a vitória de Josué: “Ora, enquanto eles fugiam de Israel e se encontravam na descida de Bet-Horon, o Iahweh lançou dos céus contra eles grandes pedras até Azeca, e eles morreram. Foram mais numerosos os que morreram pelas pedras de granizo do que os que os filhos de Israel mataram à espada” (Js 10,11) (veja-se RÖMER, T.; MACCHI, J.-D.; NIHAN, Ch. (Éd.), Introduction à l’Ancien Testament, p. 336).

⁴³ NELSON, R. D., Josiah in the Book of Joshua, p. 531-540.

Moisés, como seu sucessor, ao estilo de uma sucessão monárquica. Bem diferente é, por exemplo, o padrão carismático dos juízes e profetas, que são investidos do Espírito de Deus. Josué segue o padrão da tranquila sucessão dinástica.⁴⁴ A obediência total a Josué, prometida pelo povo (Js 1,16-18), como foram obedientes a Moisés, contém os mesmos elementos de exigência de obediência exigida aos vassallos nos tratados de aliança traçados pelo sucessor de um suserano. Ademais, a presidência de cerimônia pública de renovação da aliança parece ter sido papel do rei em tempos da monarquia. É o que fazem Josué (Js 8,30-35) e Josias (2Rs 23), por exemplo. Além, é claro, da repartição da terra às tribos que reflete o poder real de subdivisão do reino em distritos (1Rs 4,7-19).⁴⁵

Se Josué é uma figura teológica que espelha a ideologia monárquica, um ponto central de sua pretensão é a lealdade. Lealdade ao líder pode ser ideologicamente equivalente à lealdade a Deus: um líder, um Deus, uma comunidade leal e unificada. Um líder instalado (através de qualquer instituição sócio-política) por Deus, pode ser apresentado como a representação da comunidade. O poder é consolidado com o consentimento e com o entusiasmo do povo. Neste sentido, qualquer outra difusão paralela de poder e controle pode ser considerada ruim, uma verdadeira transgressão da vontade divina. A sanção divina é elemento catalizador para qualquer governança altamente centralizada, uma poderosa ideologia de poder e liderança. Dissensões se tornam crime de pecado contra o líder e contra a ordem e à unidade nacional.

O vácuo deixado pela decadência do poder Assírio pode ter deixado a região Siro-Palestina em grande caos. É de supor, com grande probabilidade, o surgimento de facções, cultos pessoais, líderes regionais. Isso deixou o rei Josias de Judá com sérios problemas e dificuldades de governança. Além do mais, neste mesmo contexto, a identidade pessoal e comunal de Israel estava sem contornos religiosos definidos, dada a proliferação de cultos familiares. Josias precisava responder aos seus súditos de forma a ganhar vantagem pessoal e política.

A tradição sobre o líder Josué, assistido de intervenção divina, sendo encarnação da fidelidade a Deus por meio da observância da lei, travando batalha (“guerra santa”)⁴⁶ contra os “inimigos” de Israel se tornou, nos tempos

⁴⁴ KLINE, M.G., *The Treaty of the Great King*, p. 35-40.

⁴⁵ NELSON, R. D., *Josiah in the Book of Joshua*, p. 532.

⁴⁶ VON RAD, G., *Der heilige Krieg im alten Israel*, p. 23.

de Josias, uma forte propaganda monárquica. O livro de Josué (assim como a literatura deuteronomista) parece acreditar numa sociedade hierárquica (com o rei ou figura semelhante) como líder escolhido por Deus (Moisés, Josué, Débora, Samuel, etc.), capaz de exercer uma ponte na relação divino humana. Provavelmente os inícios do livro de Josué estão ligados à reforma de Josias. Edições exílicas e pós-exílicas na época de um outro pretendente à restauração da monarquia (Zorababel) não podem ser descartadas. Mas isso é tema para outra pesquisa.

Referências bibliográficas

ALBRIGHT, W. F., **The Biblical Period from Abraham to Ezra**. New York and Evanston: Harper & Row Publishers, 1949. Disponível em: <<https://archive.org/details/biblicalperiodfr0000albr>>. Acesso em: 14 jan. 2022.

BILLINGS, R. M., **“Israel served the Lord”**. The Book of Joshua as Paradoxical Portrait of Faithful Israel. Notre Dame (Indiana): University of Notre Dame Press, 2013.

BLENKINSOPP, J., **Une histoire de la prophétie en Israël**. Depuis le temps de l’installation en Canaan jusqu’à la période hellénistique, Paris: Ed. du Cerf, 1993.

BRIGHT, J., **History of Israel**. With an Introduction and Appendix by William P. Brown. London: Westminster John Knox Press, 2000.

CHILDS, B., **Old Testament Theology in a Canonical Context**. Philadelphia: Fortress Press, 1985.

COUTO, A., Teologia da aliança como teologia do Antigo Testamento. **Humanística e Teologia**, v. 13, n.1, p. 5-20, 1992.

CROSS, F. M., The Themes of the Book of Kings and the Structure of the Deuteronomistic History. In: KNOOPERS, G.N.; MECONVILLE, J.G. (Eds.). **Reconsidering Israel and Judah**. Recent Studies on the Deuteronomistic History. Winona Lake (Indiana): Eisenbrauns, 2000.

DEL VALLE, C., (Ed.). **La Misná**. Salamanca: Sígueme, 2003.

DOZEMAN, T. B., **Joshua 1-12**. A New Translation with Introduction and Commentary. The Anchor Yale Bible Volume 6B. New Haven/London: Yale University Press, 2015.

EISSFELDT, O., **Introduzione all'Antico Testamento**. Analisi dei libri dell'Antico Testamento-1, Brescia: Paidea, 1980. v.II.

GOTTWALD, N. K., **The Tribes of Iahweh**. A Sociology of Religion of Liberated Israel 1250-1050 BCE. New York: Orbis Books, 1979.

GRILLET, B.; LESTIENNE, M., **Premier Livre des Règnes**. Traduction du texte grec de la Septante. Introduction et Notes, (La Bible d'Alexandrie 9.1), Paris: Ed. du Cerf, 1997.

KELLER, W., **E a Bíblia tinha razão**. São Paulo: Melhoramentos, 1962. Disponível em: <<https://portalconservador.com/livros/Werner-Keller-E-a-Biblia-tinha-razao.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2022.

KLINE, M. G., **The Treaty of the Great King**. Grand Rapids: Eerdmans, 1963.

KNAUF, E. A., "Does 'Deuteronomistic Historiography' (DtrH) Exist?". In: PURY, A. (Ed.), **Israel Constructs Its History: Deuteronomistic Historiography in Recent Research**. Sheffield: Sheffield Academic Press, 2000. (JSOTSup 306).

KNAUF, E. A., **Josua**. Zürcher Bibelkommentare. Zürich: Theologischer Verlag, 2008.

LIVERANI, M., **Le lettere di el-Amarna**. Le lettere dei "Piccoli Re". Testi del Vicino Oriente Antico. Brescia: Paidea, 1998.

MARQUES, M. S., A Tomada de Jerusalém por Nabucodonosor II: entre história e interpretação nasce o "resto de Israel". In: **VI Congresso Internacional de História**. História e os Desafios do Séc. XXI: Política, Feminismos e Performances de Gênero. Jataí:Goiás, 2018. p. 1-10.

NELSON, R. D., Josiah in the Book of Joshua. **Journal of Biblical Literature**. v. 100, n. 4, p. 531-540, dez. 1981.

NOTH, M., **Historia de Israel**. Barcelona: Ediciones Garriga S.A., 1996.

NOTH, M., **Überlieferungsgeschichtliche Studien**. Die sammelnden und bearbeitenden Geschichtswerken im Alten Testament (1943) (Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1967, 3rd edition), foi traduzida para o Inglês sob o título, NOTH, M., *The Deuteronomistic History*. (JSOTSup 15). 2nd edition. Sheffield: Sheffield Academic Press, 1991.

RENDTORFF, R., **Introduction à l'Ancien Testament**. Paris: Ed. du Cerf, 1989.

RÖMER, T., **Israels Vaeter**: Untersuchungen zur Väterthematik im Deuteronomium und in der deuteronomistischen Tradition. *Orbis Biblicus et Orientalis* 99. Posted at the Zurich Open Repository and Archive, University of Zurich. Originally published at: Freiburg, Switzerland / Göttingen, Germany: Universitätsverlag / Vandenhoeck Ruprecht, 1990. Disponível em: < https://www.zora.uzh.ch/id/eprint/138332/1/Roemer_1990_Israels_Vaeter.pdf >. Acesso em: 16 jan. 2022.

RÖMER, T.; MACCHI, J.-D.; NIHAN, Ch. (Éd.), **Introduction à l'Ancien Testament**. Genève: Labor et Fides, 2009.

SCHMID, K., Deuteronomy within the “Deuteronomistic Histories” in Genesis-2 Kings. In: SCHMID, K., PERSON, R. F (Eds.), **Deuteronomy in the Pentateuch, Hexateuch, and the Deuteronomistic History**. Tübingen: Mohr Siebeck, 2012. (Forschungen zum Alten Testament 2. Reihe 56).

SKA, J. L., **Introduzione alla lettura del Pentateuco**. Chiavi per l'interpretazione dei primi cinque libri della Bibbia, Roma: EDB, 1998.

SMEND, R., The Law and the Nations: A Contribution to Deuteronomistic Tradition History. In: KNOOPERS, G.N.; MEcCONVILLE, J.G. (Eds.). **Reconsidering Israel and Judah**. Recent Studies on the Deuteronomistic History. Winona Lake (Indiana): Eisenbrauns, 2000.

STRANGE, D., **Their Rock Is Not Like Our Rock**. A Theology of Religions. Grand Rapids: Zondervan, 2014.

VON RAD, G., **Der heilige Krieg im alten Israel**. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1962.

ZENGER, E., **Il Primo Testamento**. La Bibbia ebraica e i cristiani. Brescia: Paidea, 1997.



ISSN 2596-2922

DOI: 10.46859/PUCRio.Acad.ReBiblica.2596-2922.2022v3n5p110

ZIMMERLI, W., **La Ley y los Profetas**. Para la comprensión del antiguo testamento. Salamanca: Sígueme, 1980.

WOUDSTRA, M. H. **The Book of Joshua**. Grand Rapids: Wm. B. Eerdmans Publishing Co., 1981. (The New International Commentary on the Old Testament [NICOT]).

Mariosan de Sousa Marques

Doutor em Ciências das Religiões pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Docente de Teologia Bíblica da Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Goiânia / GO – Brasil

E-mail: mariosansousa@hotmail.com

Recebido em: 16/01/2022

Aprovado em: 10/06/2022